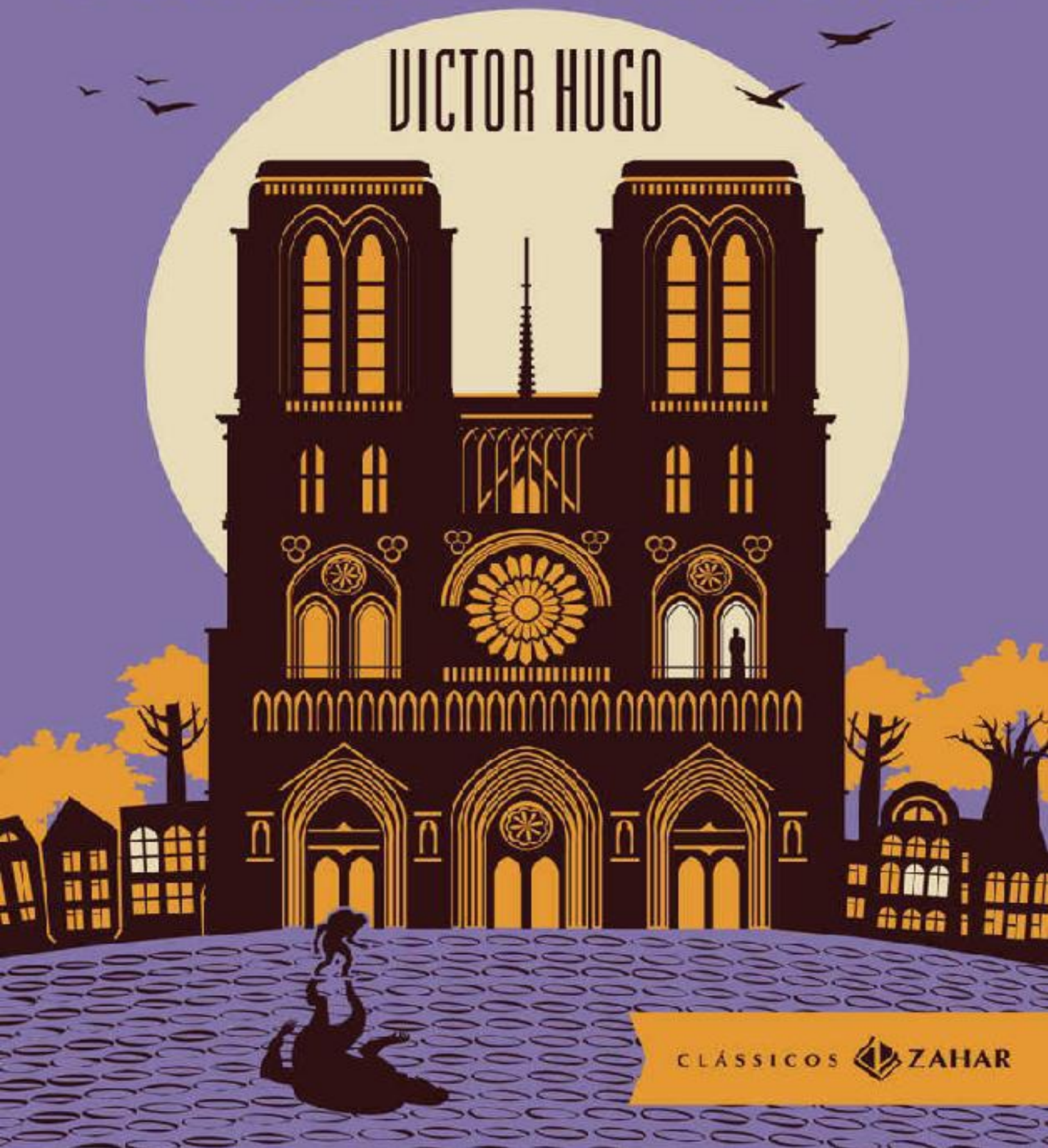


O CORCUNDA DE NOTRE DAME

VICTOR HUGO



CLÁSSICOS  ZAHAR

Victor Hugo

O CORCUNDA DE
NOTRE DAME

Tradução:
Jorge Bastos



SUMÁRIO

Apresentação, por Jorge Bastos

Introdução

Nota de Victor Hugo à 8ª edição, de 1832

LIVRO UM

1. O grande salão
2. Pierre Gringoire
3. O sr. cardeal
4. Mestre Jacques Coppenole
5. Quasímodo
6. Esmeralda

LIVRO DOIS

1. De Caríbdes a Cila
2. A praça da Grève
3. *Besos para golpes*
4. Os inconvenientes de seguir uma mulher bonita à noite pelas ruas
5. Prolongam-se os inconvenientes
6. A moringa quebrada
7. Uma noite de núpcias

LIVRO TRÊS

1. Notre Dame
2. Paris num sobrevoo

LIVRO QUATRO

1. As boas almas
2. Claude Frollo

3. *Immanis pecoris custos, immanior ipse*
4. O cão e seu dono
5. Continuação de “Claude Frollo”
6. Impopularidade

LIVRO CINCO

1. Abbas beati Martini
2. Isto matará aquilo

LIVRO SEIS

1. Olhadela imparcial na antiga magistratura
2. O Buraco dos Ratos
3. História de um bolo com fermento de milho
4. Uma lágrima por uma gota d’água
5. Fim da história do bolo

LIVRO SETE

1. Sobre o perigo de confiar segredos a uma cabra
2. Não são o mesmo um padre e um filósofo
3. Os sinos
4. ‘ANÁΓKH
5. Os dois homens vestidos de preto
6. Efeito que sete imprecações ao ar livre podem produzir
7. O monge-papão
8. Utilidade das janelas que dão para o rio

LIVRO OITO

1. O escudo que virou folha seca
2. Continuação de “O escudo que virou folha seca”
3. Fim de “O escudo que virou folha seca”
4. *Lasciate ogni speranza*

5. A mãe
6. Três corações de homem diferentemente feitos

LIVRO NOVE

1. Febre
2. Corcunda, zanolho, manco
3. Surdo
4. Arenito e cristal
5. A chave da porta Vermelha
6. Continuação de “A chave da porta Vermelha”

LIVRO DEZ

1. Gringoire tem uma série de boas ideias, andando pela rua des Bernardins
2. Torne-se bandido
3. Viva a alegria!
4. Um amigo desastrado
5. O retiro em que o sr. Luís da França reza seu livro de horas
6. Navalha vadia
7. Châteaupers em socorro!

LIVRO ONZE

1. O sapatinho
2. *La creatura bella bianco vestita*
3. Casamento de Phoebus
4. Casamento de Quasímodo

APRESENTAÇÃO

Victor Marie Hugo nasceu em Besançon, França, em 26 de fevereiro de 1802. Filho caçula de Joseph Léopold Sigisbert Hugo e Sophie Trébuchet, viveu durante a infância entre Paris e Nápoles, e depois Espanha (1811-12). Desde cedo voltado para as letras, na adolescência concorreu em um concurso de poesia da Academia Francesa de Letras (que teria vencido, não fosse sua idade), participou da fundação da revista literária *Le Conservateur* e teve duas odes premiadas nos Jogos Florais de Toulouse. Em 1830, aos 28 anos, Victor Hugo já se impunha como poeta plenamente reconhecido e dramaturgo. Convicto de seu valor e almejando sempre a glória, sua prolífica obra, construída ao longo de cerca de sessenta anos, inclui dezenas de poemas, romances e peças.

Monarquista ultraconservador e católico na juventude, tornou-se, na idade madura e na velhice, o símbolo vivo de um republicanismo anticlerical. Em 1848 elegeu-se deputado pelo partido conservador, mas já no ano seguinte suas posições o faziam frequentemente ser vaiado por sua própria bancada e aplaudido pelos socialistas, ao fazer campanha contra a miséria e ao defender a obrigatoriedade do ensino público e laico. Era ainda pública e notória sua oposição à pena de morte.

Victor Hugo faleceu em 1885. Velado sob o Arco do Triunfo, calcula-se que um milhão de pessoas viram passar o “caixão dos pobres”, conforme desejo expresso em testamento, indo dos ChampsÉlysées à rua Soufflot, passando pelos bulevares Saint-Germain e Saint-Michel, até o Panteão nacional, onde seus restos mortais repousam até hoje.

Publicado em 1831, *Notre Dame de Paris, 1482*, título inicial do livro, fora encomendado um ano antes e foi escrito em pouquíssimos meses, a partir de volumosas anotações e leituras, para evitar pesadas multas por cada semana de atraso. A pressão gerou mágoas e não foi exatamente por falta de tempo

que as sete primeiras edições foram a público com três capítulos a menos do que a oitava e “definitiva” edição de 1832, já comercializada por outro editor. O imenso sucesso do romance garantiu a Victor Hugo uma glória literária – apesar de as críticas publicadas à época serem predominantemente negativas – que não pararia de crescer.

O que importa no romance é a evocação visual do cenário urbano de uma Paris ainda gótica, em que os personagens, porém, já estão distantes do estado de espírito que havia construído tantos edifícios monumentais. É a caracterização de uma época em que, graças à invenção de Gutenberg, o pensamento humano deixava uma forma de expressão para assumir outra, como tão magistralmente é desenvolvido no capítulo “Isto matará aquilo”, que traça um panorama da arquitetura através dos séculos e das civilizações.

Na composição do romance, Hugo utiliza com visível prazer nomes próprios e vocabulário diretamente extraídos das suas fontes históricas, mas sem abuso e sem querer criar um “estilo neogótico”, buscando “algo semelhante à vida, em que o bonito e o feio, o bem e o mal se misturam”. A ficção restaura a cidade e a catedral num momento – os seis primeiros meses do ano de 1482 – que nunca existiu propriamente, a não ser na trama de Hugo, para descrever o período social em que “a grande obra da humanidade não mais será construída, será impressa”. E Notre Dame, como edifício de transição de estilos, se apresenta “entre as velhas igrejas de Paris, uma espécie de quimera: tem a cabeça de uma, os membros de outra, otraseiro de uma terceira – e algo de todas”. É uma monstruosidade, mas exprime uma nuance da arte que, sem isso, se perderia.

Esse senso de monstruosidade, em que o feio e o sublime se misturam, está encarnado no sineiro da catedral, o corcunda Quasímodo. Entre os personagens, o arquidiácono Claude Frollo, a cigana Esmeralda, o poeta Pierre Gringoire e o capitão de Châteaupers simbolicamente têm tanta importância quanto Quasímodo, mas a monstruosidade faz dele um elemento tão medieval (como a cabra Djali) quanto a própria catedral, da qual ele “havia assumido a sua forma, como o caramujo toma a forma da concha”.

Dentre os aspectos de rigor científico e erudição do romance, chamam atenção as referências arquitetônicas e, mais ainda, as alquímicas, que vão além do simples colorido pitoresco e guiam toda a trama, marcada pela fatalidade.

Trata-se, enfim, de um grande romance da “idade heroica” dos grandes romances, entre o clássico e o folhetim, quando as regras da arte estavam sendo ainda estabelecidas. E Victor Hugo, junto com Balzac, Dumas e alguns outros, foi um dos seus mais importantes construtores.

Esta é uma versão reduzida da apresentação de Jorge Bastos para *O corcunda de Notre Dame: edição comentada e ilustrada*, publicado pela Zahar em 2013.

INTRODUÇÃO

Ao visitar, ou melhor, ao vasculhar a igreja de Notre Dame há alguns anos, o autor deste livro encontrou, num recanto obscuro de uma das torres, essa palavra gravada à mão numa parede:

‘ANÁΓKH¹

Essas maiúsculas gregas, negras de tão vetustas e profundamente entranhadas na pedra com não sei quais indícios particulares da caligrafia gótica em suas formas e maneiras, deixavam claro que fora mão da Idade Média a escrevê-las, mas foi sobretudo seu sentido lúgubre e fatal que causou grande impressão no autor.

Ele tentou imaginar ou adivinhar a alma aflita que não quisera deixar o mundo sem antes imprimir esse estigma de crime ou infelicidade no corpo da velha igreja.

Depois disso a parede foi caiada ou raspada (não sei mais), e a inscrição desapareceu. Pois é o que se faz há quase duzentos anos com as maravilhosas igrejas da Idade Média. São mutilações que vêm tanto de dentro quanto de fora. O padre pinta, o arquiteto raspa e depois vem o povo e as destrói.

Assim sendo, além dessa frágil lembrança do autor deste livro, nada mais resta da misteriosa palavra gravada na escura torre de Notre Dame e nada se sabe do destino que ela tão melancolicamente resumia. O homem que escreveu aquelas letras na parede há vários séculos desapareceu nas sucessivas gerações, como a palavra desapareceu da parede da igreja e a própria igreja talvez também desapareça.

Foi a partir dessa palavra que se escreveu este livro.

1. Ou *anankê*, em caracteres latinos, “necessidade” ou “fatalidade”.

NOTA DE VICTOR HUGO à 8ª EDIÇÃO, DE 1832

Foi um erro anunciar esta edição acrescida de capítulos *novos*. O correto seria dizer *inéditos*, pois se entendermos “novos” como “recentemente feitos”, os capítulos acrescentados não são novos. Foram escritos ao mesmo tempo que o restante da obra, datam da mesma época e se originaram no mesmo pensamento, ou seja, sempre fizeram parte do manuscrito de *O corcunda de Notre Dame*. Mas não se trata somente disso, e o autor não aceitaria que se acrescentassem a posteriori novos desenvolvimentos a uma obra desse tipo. Não é assim que se faz. Para o autor, um romance nasce por necessidade, de certa maneira, com todos os seus capítulos, como um drama nasce com todos os seus atos. Não creiam ser arbitrário o número de partes que compõe o todo, nesse misterioso microcosmo que chamamos drama ou romance. O enxerto ou o acréscimo não vingam em obras dessa natureza, que devem brotar de uma só vez e permanecer tais quais. Feita a coisa, não se volta atrás nem se remenda. Uma vez publicado o livro, uma vez reconhecido e proclamado o sexo da obra — viril ou não — e tendo a criança dado o seu primeiro grito, tendo nascido, a sorte está lançada, sem que o pai nem a mãe possam fazer mais nada. Deixem que viva ou morra como puder; ela pertence ao ar e ao sol. O livro se apresenta malogrado? Que seja. Não tente acrescentar capítulos a um livro que não deu certo. Parece incompleto? Durante a gestação é que deveria ter se completado. Não se endireitam árvores que crescem tortas. O romance é tísico? Inviável? Não se conseguirá dar a ele o oxigênio de que precisa. O drama nasceu capenga? Por favor, não lhe aplique uma perna de pau.

Assim sendo, é importante para o autor que o público saiba que os capítulos acrescentados não foram expressamente feitos para a presente edição. Só não apareceram nas precedentes tiragens do livro por um motivo bem simples: na época em que *O corcunda de Notre Dame* estava sendo impresso pela primeira vez, a pasta em que se encontravam esses três

capítulos extraviou-se. Era preciso reescrevê-los ou desistir deles. O autor considerou que os dois capítulos que tinham importância por seu alcance eram capítulos de arte e história, cuja ausência não comprometeria a essência do drama e do romance. O público não perceberia o desaparecimento daquelas páginas e ele, o autor, seria o único a ter conhecimento do segredo dessa lacuna. Decidiu, então, seguir adiante. Além disso, deve-se dizer, a preguiça o afastou da empreitada de reescrever três capítulos perdidos. Seria mais fácil compor um novo romance.

Agora, porém, os capítulos perdidos foram encontrados e aproveitou-se a primeira ocasião para que retomassem seu devido lugar.

Temos então a obra na íntegra, tal como sonhada pelo autor, tal como foi executada — boa ou má, perene ou frágil, mas como ele a imaginou.

Provavelmente esses capítulos recuperados apresentarão pouco interesse para as pessoas que, judiciosamente, só buscaram em *O corcunda de Notre Dame* o drama, o romance. Mas outros leitores talvez não achem inútil estudar o raciocínio estético e filosófico escondido no livro e apreciem, lendo-o, descobrir sob o romance algo além do romance, seguindo, que nos perdoem a expressão um tanto ambiciosa, a concepção histórica e a intenção do artista dentro da criação, como se faz com o poeta.

Para esses últimos leitores, principalmente, os capítulos acrescentados à presente edição haverão de completar *O corcunda de Notre Dame*, admitindo-se que valha a pena ser completado.

O autor exprime e desenvolve num desses capítulos — sobre a decadência atual da arquitetura e sobre a morte, segundo ele praticamente inevitável, dessa arte soberana — uma opinião infelizmente bem arraigada nele e bem meditada. Mas gostaria também de exprimir o quanto deseja que o futuro o desminta. Ele tem consciência de que a arte, sob todas as suas formas, pode confiar nas novas gerações, das quais se ouve pulsar, em nossos ateliês, o gênio ainda embrionário. A semente está em terra arada e a colheita com certeza será boa. Seu único receio, cujo motivo se explicita no segundo tomo desta edição, é que a seiva tenha já se retirado do velho solo da arquitetura que, por tantos séculos, foi o melhor chão para a arte.

No entanto, há hoje na juventude artística tanta vivacidade, força e, por assim dizer, predestinação que, nesse momento, mesmo em nossas escolas de arquitetura, detestáveis professores formam, contra a própria vontade, alunos

excelentes. Ao contrário do ceramista de que fala Horácio, que pensava ânforas e produzia moringas. *Currit rota, urceus exit.*

Em todo caso, qualquer que seja o futuro da arquitetura e a maneira como nossos jovens arquitetos, na expectativa dos novos monumentos, venham a resolver a questão dessa arte, conservemos os monumentos antigos. Inspiremos, se for possível, à nação o amor pela arquitetura nacional. É esta, declara o autor, uma das metas principais deste livro, uma das metas principais da sua vida.

O corcunda de Notre Dame talvez tenha aberto algumas perspectivas verdadeiras com relação à arte da Idade Média, essa arte maravilhosa até agora desconhecida por muitos ou, o que é ainda pior, equivocadamente conhecida por outros. Mas o autor está longe de considerar terminada a tarefa que voluntariamente se impôs. Em várias ocasiões ele já defendeu a causa da nossa velha arquitetura, já denunciou em voz alta profanações, demolições, impiedades. Não desanimará. Afirmou que muitas vezes voltaria a esse tema e assim haverá de fazer. Será tão incansável em defender nossos edifícios históricos quanto teimam em atacá-los os iconoclastas das escolas e academias. Pois é desolador ver em que mãos caiu a arquitetura da Idade Média e a maneira como os estucadores hoje tratam a ruína dessa grande arte. É inclusive vergonhoso para nós, homens inteligentes que os vemos agir e nos limitamos a vaiar. E não nos referimos apenas ao que acontece no interior do país, mas também ao que se faz em Paris, à nossa porta, debaixo das nossas janelas, na cidade grande, na cidade letrada, na cidade da imprensa, da palavra, do pensamento. Não podemos resistir à necessidade de apontar, para terminar essa nota, alguns atos de vandalismo diariamente projetados, debatidos, começados, continuados e tranquilamente levados adiante sob nossas vistas, sob as vistas do público culto de Paris, desafiando a crítica com desconcertante audácia. Acabam de demolir o arcebispado; o mal não é enorme, pois o edifício era de gosto duvidoso. Porém, junto com o arcebispado, demoliu-se o bispado, raro vestígio do século XIV que o arquiteto demolidor não soube distinguir do restante. Arrancou-se a espiga de trigo junto com o joio, sem distinção. Fala-se em derrubar a admirável capela de Vincennes, para utilizar as pedras em não sei qual fortificação, que não pareceu indispensável a Daumesnil. Enquanto se restaura a custos altíssimos o palácio Bourbon, de pouca valia, deixam que desabem sob o vento do

equinócio os magníficos vitrais da Sainte-Chapelle. Há alguns dias veem-se andaimes na torre de Saint-Jacques-de-la-Boucherie, e numa manhã dessas a picareta vai entrar em ação. Algum pedreiro construiu uma casinhola branca entre as veneráveis torres do Palácio da Justiça. Outro castrou Saint-Germain-des-Prés, a feudal abadia dos três campanários. Certamente outro haverá de derrubar Saint-Germain-l'Auxerrois, não tenham dúvida. São todos pedreiros que se dizem arquitetos, pagos pela prefeitura ou por outras fontes e que usam fardões verdes. Fazem todo mal de que é capaz o falso bom gosto contra o verdadeiro bom gosto. No momento em que escrevemos — espetáculo deplorável! —, um deles se apossou das Tuileries e golpeia a bela face de Philibert Delorme. Não é pequeno o escândalo da desfaçatez com que a pesada arquitetura desse referido senhor se intromete numa das mais delicadas fachadas do Renascimento!

PARIS, 20 DE OUTUBRO DE 1832

LIVRO UM

1. O grande salão

Faz hoje trezentos e quarenta e oito anos, seis meses e dezenove dias que os parisienses foram acordados ao som de todos os sinos, a plenas badaladas, na área que compreendia a Cité, a Universidade e a Cidade.

Aquele 6 de janeiro de 1482 não foi, porém, um dia do qual os historiadores tenham guardado qualquer recordação. Nada havia de notável no acontecimento que daquele jeito e já pela manhã agitava os sinos e os burgueses de Paris. Não se tratava de nenhum assalto armado de homens da Picardia ou da Borgonha, nem de qualquer relicário levado em procissão ou de alguma revolta estudantil no vinhedo de Laas. Menos ainda de um passeio do *nosso assim dito muito temido senhor, nosso rei*, ou sequer do enforcamento de algum malfeitor ou malfeitora pela Justiça de Paris. Nada a ver também com a chegada, tão frequente no século XV, de alguma embaixada extravagante e empenachada. Fazia apenas dois dias que o último desfile desse tipo, dos emissários flamengos encarregados de concluir os acertos para o casamento do delfim com Margarida de Flandres, tinha entrado em Paris, para infelicidade do sr. cardeal de Bourbon. Este, para não desagradar ao rei, precisou recepcionar todo aquele rústico tumulto de burgomestres flamengos e ainda homenageá-los, em seu palácio de Bourbon, com uma *mui bela moralidade, sotie e farsa*, enquanto uma chuva constante inundava à sua porta suas magníficas tapeçarias.

Naquele 6 de janeiro, o que agitava toda a população de Paris, como disse Jean de Troyes, era a dupla comemoração, coincidente desde tempos imemoriais, do dia de reis e da festa dos bufos.

Nesse dia, haveria fogueira comemorativa na Grève, plantação de maio na capela de Braque e mistério no Palácio da Justiça. O aviso havia circulado na véspera, ao som de trombeta, nos cruzamentos das ruas, por meio de enviados do sr. preboste, com belos trajes roxos de *camelot*, enfeitados por grandes cruces brancas no peito.

Desde cedo e vinda de todo lugar, a multidão de burgueses e burguesas, deixando fechados lares e comércios, se encaminhava então a um dos três

locais designados, cada qual se decidindo pela fogueira comemorativa, pela árvore de maio ou pelo mistério. Louvando o velho bom senso da gente miúda de Paris, diga-se que a maior parte da multidão se dirigia à fogueira comemorativa, muito adequada ao inverno, ou ao mistério, que se representaria no grande salão bem protegido e fechado do palácio. Todos pareciam concordar que se deixasse a pobre árvore de maio pouco florida a bater os dentes sozinha, no cemitério da capela de Braque, sob o céu de janeiro.

O povo afluía sobretudo pelas avenidas do Palácio da Justiça, pois espalhara-se a notícia de que os embaixadores flamengos, chegados na antevéspera, assistiriam à representação do mistério e à eleição do papa dos bufos, que igualmente aconteceria no salão.

Não era coisa simples penetrar naquele dia no salão, conhecido, entretanto, como o maior recinto coberto do mundo (é verdade que Sauval não havia ainda medido o grande salão do castelo de Montargis). A praça do palácio, abarrotada de gente, oferecia aos curiosos às janelas o aspecto de um mar, no qual cinco ou seis ruas desembocavam como se fossem rios, vertendo constantes e renovados fluxos de cabeças. Vagas dessa multidão, incessantemente avolumadas, iam de encontro às casas, cujas esquinas se projetavam aqui e acolá como promontórios, na bacia irregular da praça. No centro da alta fachada gótica² do palácio, a grande escadaria se apresentava continuamente percorrida por uma dupla corrente nos dois sentidos, mas se quebrando no patamar intermediário e se espalhando em ondas mais largas pelas duas vertentes laterais. O fluxo dessa grande escadaria desaguava ininterruptamente, então, na praça, como uma cascata num lago. Gritos, risos, desordem de mil pés criavam enorme tumulto e imenso clamor.

De vez em quando essa vozeria e confusão redobravam, a corrente que empurrava toda aquela gente na direção da grande escadaria mudava de rumo, alvoroçava-se, turbilhonava. Era em protesto à grosseria de algum arqueiro ou cavaleiro da guarda do preboste, tentando restabelecer a ordem, numa admirável tradição que o preboste legou ao condestável, o condestável ao marechalato e o marechalato à nossa gendarmaria de Paris.

Portas, janelas, lucarnas e telhados formigavam com milhares de bons, calmos e honestos burgueses olhando o palácio, olhando o populacho e já se sentindo satisfeitos, pois muita gente em Paris se contenta com o espetáculo

dos espectadores ou considera coisa já bem curiosa uma parede atrás da qual se passa algum evento. Se fosse dado a nós, homens de 1830, nos projetarmos em pensamento até aqueles parisienses do século XV e entrarmos com eles aos empurrões, trancos e cotoveladas no imenso salão do palácio, tão estreito naquele 6 de janeiro de 1482, o espetáculo não deixaria de apresentar interesse e encanto, e teríamos à nossa volta coisas tão antigas que elas nos pareceriam novíssimas.

Se assim permitir o leitor, vamos tentar recuperar em pensamento a impressão que então experimentaríamos, atravessando a soleira daquele grande salão, no meio da multidão que vestia tabardo, túnica e vasquinha.

Para começar, murmurinho nos ouvidos, deslumbramento para os olhos. Acima de nossas cabeças, uma dupla abóbada em ogiva, revestida de lambris de madeira esculpida, pintada de azul, com flores de lis em douraduras. Sob nossos pés, um piso alternando mármore pretos e brancos. A poucos passos de nós, uma enorme coluna, depois outra e mais outra. Ao todo, sete colunas ao longo da sala, sustentando, a partir do meio da sua altura, as bases da dupla abóbada. Ao redor das quatro primeiras colunas, tendas de comerciantes, repletas de objetos reluzentes e brilhosos. Em torno das três outras, bancos de carvalho gastos e polidos pelos calções dos pleiteantes e pelas togas dos procuradores. Em volta da sala, em toda a extensão das grossas paredes, entre as portas, entre todas as quinas, entre as colunas, a interminável sequência de estátuas de todos os reis da França, desde Faramundo. Os reis que pouco fizeram têm os braços descansados e o olhar baixo, enquanto os reis valorosos e batalhadores são representados de cabeça e mãos corajosamente erguidas para o céu. Em seguida, nas compridas janelas ogivais, vitrais de mil cores. Nas amplas saídas do salão, ricas portas finamente esculpidas. De cima a baixo, o conjunto — com abóbadas, colunas, grossas paredes, alizares, lambris, portas, estátuas — é recoberto por esplêndida iluminura azul e dourada que, já um pouco gasta nessa época em que a admiramos, havia quase totalmente desaparecido sob a poeira e as teias de aranha no ano da graça de 1549, quando Du Breul a contemplou, por respeito à tradição.

Imaginemos agora esse imenso salão oblongo, sob a frouxa claridade de um dia do mês de janeiro, invadido por uma multidão colorida e barulhenta que deambula junto às paredes e contorna as sete colunas, e começaremos a

ter uma ideia geral ainda confusa de toda a cena, da qual vamos tentar indicar mais precisamente alguns detalhes curiosos.

É certo que se Ravailac não tivesse assassinado Henrique IV, não haveria processo Ravailac no arquivo do Palácio da Justiça, não haveria cúmplices interessados em fazer desaparecer peças desse processo e, portanto, não haveria incendiários, à falta de melhor alternativa, obrigados a queimar o arquivo para queimar as peças, e a queimar o Palácio da Justiça para queimar o arquivo; ou seja, resumindo, não haveria o incêndio de 1618. O velho palácio estaria ainda de pé, com seu velho grande salão, e eu poderia simplesmente dizer ao leitor: vá visitá-lo. Com isso estaríamos ambos liberados, eu de fazer e ele de ler toda essa descrição. São fatos que só comprovam essa verdade nova: os grandes acontecimentos têm consequências incalculáveis.

É muito possível, porém, que Ravailac não tivesse cúmplices ou que seus cúmplices, caso os houvesse, nada tivessem a ver com o incêndio de 1618. Existem duas outras explicações muito plausíveis. A primeira, a grande estrela de fogo, com um pé de largura e um côvado de altura, que caiu do céu, como todos sabem, bem em cima do palácio, em 7 de março, depois da meia-noite. A segunda se ilustra com a quadra de Théophile:

*Certes, ce fut un triste jeu
Quand à Paris dame Justice,
Pour avoir mangé trop d'épice,
Se mit tout le palais en feu.*³

O que quer que se pense dessa tripla explicação política, física ou poética para o incêndio de 1618 do Palácio da Justiça, o único fato infelizmente certo é o incêndio. Hoje em dia resta muito pouco do antigo edifício, devido a essa catástrofe e, ainda mais, às diversas e sucessivas restaurações que terminaram com o que o incêndio havia poupado. Resta muito pouco daquela primeira moradia dos reis da França, daquele palácio anterior ao Louvre, já tão velho no tempo de Filipe o Belo que nele se procuravam traços dos magníficos edifícios levantados pelo rei Roberto e descritos por Helgaldus. Quase tudo desapareceu. O que houve com o quarto da chancelaria, onde são Luís consumou seu matrimônio? E com o jardim em que ele dispensava justiça,

“vestindo uma cota de *camelot*, um tabardo de tiritana sem mangas e um manto de cendal escuro, estendido em tapetes, na companhia de Joinville”? Onde está o quarto do imperador Sigismundo? O de Carlos IV? O de João sem Terra? Onde está a escadaria em que Carlos VI promulgou seu édito de clemência? E a laje em que Marcel degolou, na presença do delfim, Robert de Clermont e o marechal de Champagne? O postigo através do qual foram rasgadas as bulas do antipapa Bento e de onde voltaram os que as haviam trazido, com capa e mitra de zombaria, obrigados a assim desfilar por toda Paris? E o grande salão com sua douradura, seu azul, suas ogivas, suas estátuas, colunas e imensa abóbada inteiramente esculpida? E o quarto dourado? E o leão de pedra que vigiava à porta, agachado, de cabeça baixa e o rabo entre as pernas, como os leões do trono de Salomão, em atitude de humildade, como deve a força se colocar diante da justiça? E as belas portas? Os belos vitrais? As fechaduras cinzeladas que tanto custaram a Biscornette? E a delicada marcenaria de Du Hancy?... O que fez o tempo, o que fizeram os homens de todas essas maravilhas? O que nos deram no lugar de tudo isso, de toda essa história gaulesa, de toda essa arte gótica? No tocante à arte, os pesados sarapanéis do sr. De Brosse, o bisonho arquiteto do portal Saint-Gervais, e, no referente à história, tagarelices na coluna central, vibrando ainda com o falatório dos símiles de Patru.

Não chega a ser muito. Voltemos ao verdadeiro grande salão do verdadeiro antigo palácio.

As duas extremidades daquele gigantesco paralelogramo eram ocupadas, uma pela famosa mesa de mármore, comprida, larga e espessa como nunca se viu *semelhante fatia no mundo*, segundo os velhos documentos de contas feudais, num estilo de abrir o apetite de Gargântua; outra pela capela em que Luís XI mandou que fizessem uma escultura sua, ajoelhado diante da Virgem, e para onde havia transportado, sem se preocupar com os dois nichos vazios que deixava na fileira das estátuas reais, as estátuas de Carlos Magno e são Luís, dois santos que ele achava terem muito crédito no céu, como reis da França. Essa capela, ainda recente, construída há apenas seis anos, era toda naquele gosto encantador de arquitetura delicada, de escultura maravilhosa, de fina e profunda cinzeladura em seus pormenores, que marca entre nós o final da era gótica e se perpetua até a metade do século XVI, nas feéricas fantasias do Renascimento. A pequena rosácea recortada, aberta acima do

portal, era uma particular obra-prima de leveza e graça, uma estrela de rendas, podia-se dizer.

No centro da sala, de frente para a porta principal, fora erguido um estrado coberto de brocado de ouro, encostado à parede, e nela um acesso particular, por meio de uma abertura no corredor do quarto dourado, que serviria para os enviados flamengos e outros personagens importantes convidados à representação do mistério.

Em cima da mesa de mármore é que, segundo a tradição, devia-se representar o mistério. Tinha sido preparada desde cedo. O rico tampo de mármore, todo riscado pelos saltos dos sapatos da gente do tribunal, suportava uma caixa de madeira de altura considerável, cuja superfície superior, visível para toda a sala, devia servir de teatro e o interior, oculto por cortinas, fazia as vezes de vestiário para os atores. Uma escada, ingenuamente apoiada do lado de fora, estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário, emprestando seus íngremes degraus para as entradas e saídas. Não havia personagem, por mais imprevisto, nem peripécia ou *coup de théâtre* que não tivesse que passar por essa escada. Inocente e venerável infância da arte e dos maquinismos!

Quatro guardas do bailio do palácio, guardiões obrigatórios de todas as alegrias do povo em dias de festa ou de execução, mantinham-se de pé, nos quatro cantos da mesa de mármore.

Somente ao soar a décima segunda pancada do grande relógio do palácio a peça teria início. Era sem dúvida tarde para uma apresentação teatral, mas fora preciso levar em consideração a disponibilidade dos embaixadores.

No entanto, a multidão ali presente aguardava desde cedo. Muitos daqueles honestos curiosos tremiam de frio já ao amanhecer, diante do grande degrau do palácio. Alguns inclusive diziam ter passado a noite diante do portão, para estar entre os primeiros a entrar. A multidão crescia a cada instante e, como água que transborda, começava a escorrer junto às paredes, a se acumular em torno dos pilares, a se esparramar pelos entablamentos, pelas cornijas, pelos apoios das janelas, por todas as saliências da arquitetura e todos os relevos da escultura. Também pelo incômodo, impaciência, tédio e descontração de um dia de ousadas e loucuras, brigas explodiam a qualquer pretexto, por um cotovelo mais pontudo, um sapato com chapa de ferro, pelo cansaço da longa espera; tudo isso já emprestava, bem antes da hora em que

os embaixadores deviam chegar, um tom áspero e amargo ao clamor daquela gente ali apertada, enclaustrada, pisoteada, abafada. Ouviam-se muitas queixas e imprecações contra os flamengos, assim como contra o preboste dos comerciantes, o cardeal de Bourbon, o bailio do palácio, dona Margarida da Áustria, os guardas com chibata, o frio, o calor, o mau tempo, o bispo de Paris, o papa dos bufos, as colunas, as estátuas, a porta fechada e a janela aberta. Tudo isso para a grande diversão de bandos de estudantes e serviçais dispersos na massa, misturando a todo aquele descontentamento mil zombarias e astúcias, alfinetando, por assim dizer, o mau humor geral.

Chamavam a atenção uns alegres endiabrados que, depois de forçar o vidro de uma janela, estavam tranquilamente sentados no entablamento e dali alternavam olhares e zombarias entre o interior e o exterior, entre a multidão da sala e a multidão da praça. Pelas imitações que faziam, pelos risos altos, pelos gritos debochados que trocavam com os colegas de um extremo a outro do salão, era fácil imaginar que aqueles jovens não sentiam o mesmo tédio e cansaço do resto dos espectadores e perfeitamente extraíam, do que tinham em volta, um espetáculo que os permitia esperar com paciência pelo outro.

— Por minha alma, é você, *Joannes Frollo de Molendino!* — gritou um deles a uma espécie de azougue de bonita e animada aparência, agarrado nos acantos de um capitel. — Tem mesmo um nome bem escolhido, Jehan du Moulin, pois seus braços e pernas mais parecem quatro pás batendo ao vento. Desde quando está aqui?

— Pela misericórdia do diabo — respondeu Joannes Frollo —, há mais de quatro horas, e espero que me sejam descontadas do tempo que eu for passar no purgatório. Cheguei a ouvir os oito chantres do rei da Sicília entoando o primeiro verseto da grande missa das sete horas na Sainte-Chapelle.

— Bons chantres — acrescentou o outro —, e com voz ainda mais afiada do que a ponta do boné que usam! Em vez de instituir uma missa para o venerável são João, o rei deveria ter se informado se ao venerável são João agrada o latim salmodiado com sotaque provençal.

— Foi para dar emprego a esses malditos chantres do rei da Sicília que se inventou isso! — gritou asperamente uma velha na multidão sob a janela. — Vejam só! Mil libras parisis por missa! E tiradas dos vendedores de peixes de água salgada do Halles de Paris, ainda por cima!



— *Por minha alma, é você, Joannes Frollo de Molendino!*

— Paz, velha! — emendou um gordo e careca personagem que tapava o nariz ao lado da vendedora de peixe. — Era preciso criar uma missa. Queria que nosso rei voltasse a ficar doente?

— Muito bem lembrado, dom Gilles Lecornu, mestre peleiro das roupas do rei! — gritou o estudante de cima do capitel.

Uma onda de riso de todos os colegas acompanhou o anúncio do nome infeliz do pobre peleiro das roupas do rei.

— Lecornu! Gilles Lecornu! — repetiam uns.

— *Cornutus et hirsutus* — acrescentou um outro.⁴

— Isso mesmo! É bem possível — continuou o demônio do capitel. — De que estão rindo? Honorável sr. Gilles Lecornu, irmão de mestre Jehan Lecornu, preboste da residência real, filho de mestre Mahiet Lecornu, principal porteiro do bosque de Vincennes, todos bons burgueses de Paris, todos casados, de geração em geração!

A alegria geral só fez aumentar. O gordo peleiro, sem nada dizer, tentava escapar dos olhares que vinham de todos os cantos, pregados nele, mas suava e se esbaforia em vão. Como uma cunha se enfiando na madeira, os esforços que fazia fixavam ainda mais, nas impressões de todos ao redor, seu rosto largo e apoplético, roxo de indignação e raiva.

Por fim, uma dessas pessoas, alguém como ele gordo, atarracado e venerável, quis ajudar.

— Abominação! Estudantes falando dessa maneira a um burguês! No meu tempo, seriam vergastados com varas que serviriam em seguida para queimá-los.

O bando inteiro se animou.

— Eieiei! Quem está cantando agora? Quem é essa coruja da desgraça?

— Ah! Eu sei — disse alguém. — É mestre Andry Musnier.

— É um dos quatro livreiros juramentados da Universidade! — disse outro.

— Tudo funciona por quatro nesse negócio — gritou um terceiro. — Quatro nações, quatro faculdades, quatro festas, quatro procuradores, quatro eleitores, quatro livreiros.

— Muito bem — disse Jehan Frollo —, vamos acrescentar o diabo ao quádruplo.

— Musnier, vamos queimar seus livros.

— Musnier, vamos espancar seu criado.

— Musnier, vamos cuidar da sua mulher.

— A boa e gorda sra. Oudarde.

— Que é viçosa e alegre como se viúva fosse.

— Que o diabo os carregue! — resmungou mestre Andry Musnier.

— Mestre Andry — voltou Jehan, ainda dependurado no capitel —, se não se calar, caio em cima da sua cabeça.

Mestre Andry ergueu os olhos, pareceu por um momento medir a altura da coluna, o peso gravitacional do engraçadinho, multiplicou mentalmente esse peso pelo quadrado da velocidade e preferiu se calar.

Jehan, sentindo-se dono do campo de batalha, continuou, em triunfo:

— Pois posso muito bem fazer isso, apesar de irmão de um arqui-diácono!

— Belos senhores esses da nossa Universidade! Nem respeitam nossos privilégios num dia como o de hoje! Temos árvore de maio e fogueira festiva na Cidade, mistério, papa dos bufos e embaixadores flamengos na Cité; e nada na Universidade!

— E olha que a praça Maubert é bem grande! — retomou um dos estudantes, com lugar no peitoril da janela.

— Abaixo o reitor, os eleitores e os procuradores! — gritou Joannes.

— Vamos fazer uma fogueira essa noite no Champ-Gaillard — continuou um colega — com os livros do mestre Andry.

— E as escrivatinhas dos copistas! — disse quem estava ao lado.

— E as vergastas dos bedéis!

— E as escarradeiras dos decanos!

— E as mesas em que comem os procuradores!

— E as despensas dos eleitores!

— E os escabelos do reitor!

— Abaixo! — insistiu Jehan em falsete. — Abaixo mestre Andry, os bedéis e os copistas. Abaixo os teólogos, os médicos e os fazedores de decretos, os procuradores, os eleitores e o reitor!

— É o fim do mundo! — murmurou mestre Andry, tapando os ouvidos.

— E, aliás, por falar no reitor! Vejam quem está passando ali na praça — gritou um dos que se sentavam à janela.

Quem pôde olhou para a praça.

— Será realmente nosso venerando reitor, mestre Thibaut? — perguntou Jehan Frollo du Moulin que, agarrado a um pilar do interior, não podia ver o que se passava fora.

— É ele sim — responderam os demais —, é ele, em pessoa, mestre Thibaut, o reitor.

De fato, era o reitor e todos os dignitários da Universidade que se dirigiam em procissão ao encontro da embaixada e, naquele momento, o grupo

atravessava a praça do Palácio. Os estudantes, grudados à janela, os aclamaram com sarcasmos e aplausos irônicos. O reitor, à frente da comitiva, foi quem recebeu o primeiro ataque, que foi rude.

— Bom dia, sr. reitor! Eieiei! Bom dia!

— Por que esse velho jogador está aqui? Deixou a mesa de dados?

— E que trote tem a sua mula! Mas as orelhas são menos compridas do que as dele.

— Eieiei! Bom dia, sr. reitor Thibaut! *Tybalde aleator!*⁵ Velho imbecil! Velho jogador!

— Que Deus o proteja! Fez muitos duplos-seis essa noite?

— Ah! Caduca figura, arrasada, repuxada e batida pelo amor do jogo e dos dados!

— Aonde vai assim, Thibaut, *Tybalde ad dados*,⁶ virando as costas à Universidade e correndo à Cidade?

— Provavelmente procurar uma casa na rua Thibautodé — gritou Jehan du Moulin.

Todo o bando repetiu a troça com voz de trovão e furiosas batidas de mãos.

— Vai procurar casa na rua Thibautodé, não é sr. reitor, jogador da partida do diabo?

E foi a vez dos demais dignitários.

— Abaixo os bedéis! Abaixo os meirinhos!

— Diga aí, Robin Poussepain, e aquele ali, quem é?

— É Gilbert de Suilly, *Gilbertus de Soliaco*, o chanceler do colégio de Autun.

— Tome, pegue meu sapato; está em melhor posição do que eu, tente acertar nele.

— *Saturnalitias mittimus ecce nuces.*⁷

— Abaixo os seis teólogos com suas sobrepelizes brancas!

— São teólogos? Achei que eram os seis gansos brancos que santa Geneveva deu à cidade, pelo feudo de Roogny.

— Abaixo os médicos!

— Abaixo as disputas cardeais e quodlibetárias!

— Fique com meu barrete, chanceler de Sainte-Geneviève! Já que me

preteriu. É verdade! Deu meu lugar na nação de Normandia ao pequeno Ascanio Falzaspada, que é da província de Burges, já que é italiano.

— É uma injustiça — concordaram todos os estudantes. — Abaixo o chanceler de Sainte-Geneviève.

— Uuh! Mestre Joachim de Ladehors! Uuh! Louis Dahuille! Uuh! Lambert Hoctement!

— Que o diabo sufoque o procurador da nação da Alemanha!

— E os capelães da Sainte-Chapelle, com seus gorros cinzentos; *cum tunicis grisis!*⁸

— *Seu de pellibus grisis fourratis!*⁹

— Eieiei! Mestres nas artes! Todas essas belas capas pretas! Todas essas belas capas vermelhas!

— Formam um belo rabo para o reitor.

— É como um duque de Veneza indo se casar com o mar.

— Diga aí, Jehan! Os cônegos de Sainte-Geneviève!

— Aos diabos os cônegos!

— Abade Claude Choart! Doutor Claude Choart! Está procurando Marie la Giffarde?

— Está na rua de Glatigny.

— Faz a cama do rei dos libidinosos.

— Paga seus quatro denários; *quatuor denarios...*

— *Aut unum bombum.*¹⁰

— Ela paga ao seu nariz?

— Colegas! Mestre Simon Sanguin, o eleitor de Picardia, com sua mulher na garupa.

— *Post equitem sedet atra cura.*¹¹

— Valoroso mestre Simon!

— Bom dia, sr. eleitor!

— Boa noite, sra. eleitora!

— Felizes que são de assistir a tudo isso — dizia, entre suspiros, Joannes de Molendino, ainda trepado nas folhas de seu capitel.

Nesse ínterim, o livreiro juramentado da Universidade, mestre Andry Musnier, se aproximou do ouvido do peleiro das roupas do rei, mestre Gilles Lecornu:

PRÉVIA GRATUITA · OFERTA POR TEMPO LIMITADO

Você chegou ao fim desta prévia.

Continue lendo "O corcunda de Notre Dame (Clássicos Za..." e mais de 1 milhão de livros — de graça por 30 dias.

★★★★★ Mais de 1 milhão de leitores já aproveitam

Com o Kindle Unlimited, sua leitura não tem fim:

- ✓ Leia à vontade — explore mais de 1 milhão de títulos sem pagar por livro.
- ✓ Leve para qualquer lugar — baixe o app gratuito e leia onde e quando quiser.
- ✓ Em qualquer tela — celular, tablet, computador ou Kindle — você escolhe.
- ✓ Grandes autores — best-sellers e novos talentos, inclusive títulos em inglês.

COMEÇAR MEUS 30 DIAS GRÁTIS

Cobrança só após o período grátis.

- ✓ Pagamento seguro
- ✓ Acesso imediato
- ✓ Cancele quando quiser

Não precisa ter um Kindle: baixe o app gratuito e comece a ler agora.

Se não quiser ler no aplicativo Kindle, compre o livro [clikando aqui](#).